

PESQUISA EDUCACIONAL NO BRASIL: PARA QUÊ E PARA QUEM – UM OLHAR A PARTIR DE UMA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA

Waldemar Marques*

Recebido: 01 mar. 2012 Aprovado: 18 abr. 2012

*Professor Doutor aposentado da UFSCar. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNISO. Sorocaba, SP, Brasil. E-mail: waldemar.marques@prof.uniso.br

Resumo: Este artigo discute a questão da pesquisa educacional no Brasil, seus avanços e as limitações que ainda persistem nos dias atuais. Discute também a pesquisa educacional no contexto de uma “universidade comunitária”. Apresenta aspectos do desenvolvimento econômico de uma região no Estado de São Paulo, destacando a necessidade um desenvolvimento sustentável, apontando as implicações que este processo traz para a educação. Ressalta a necessidade de a pesquisa educacional estar articulada a problemas educacionais regionais, contribuindo para a inserção da universidade no seu entorno.

Palavras-chave: Pesquisa educacional. Universidade comunitária. Desenvolvimento regional.

EDUCATIONAL RESEARCH IN BRASIL: A VIEW FROM A COMMUNITARIAN UNIVERSITY

Abstract: This article discusses the issue of educational research in Brazil, its advances and limitations that still persist today. It also discusses educational research in the context of a "community college." Displays aspects of economic development of a region in the state of São Paulo, defending the need for a sustainable development and, points out the implications that this process brings to education. It also highlights the need for educational research to be articulated regional educational problems, contributing to the insertion of the university in its surroundings.

Key words: Educational research. Community college. Regional development.

A questão da pesquisa educacional no Brasil sempre levantou dúvidas e debates quanto a suas finalidades, métodos e uso. Pimenta e Marques (2003), em artigo sobre a Pós-Graduação em Educação no Estado de São Paulo, constataram um leque extremamente amplo de temáticas de pesquisas que suscitou as seguintes indagações: qual o significado desta grande diversidade de temas de pesquisa em educação? Reflete positivamente a autonomia da universidade em oposição a demandas aprisionadas ao imediatismo da aplicação dos seus resultados? Ou tal diversidade temática reflete a falta de rumos da pesquisa educacional que trilha o curso de cada pesquisador fechado no seu projeto e seu interesse acadêmico? Ou ainda, reflete a falta de rumos resultantes da ausência de um horizonte definido por linhas mestras de uma atuação articulada? Estas indagações nos levam a buscar respostas sobre o para que e para quem da pesquisa educacional. Ainda que estas respostas não sejam encontradas num curto artigo como o aqui pretendido e dada também à complexidade da questão, o que se pretende é trazer contribuições neste sentido, subsidiando em alguma medida os debates e decisões sobre programas de pesquisa educacional no âmbito das universidades.

No passado da pesquisa educacional no Brasil, esta questão foi tratada de modo claro e consistente que gerou resultados até hoje percebidos. Há mais de meio século, Florestan Fernandes estabeleceu as bases da pesquisa educacional no país a partir dos problemas fundamentais da educação no país que ele denominou “dilemas da educação brasileira”. Àquela época Florestan Fernandes (1960, p. 194-195) entendia que as instituições de ensino atuavam de modo indiferente aos recursos fornecidos pelo meio social ambiente à educação sistemática e totalmente alheio às necessidades escolares que variam em escala local ou regional. Em conjunto, as escolas não são instituições organizadas para servir às comunidades em interação construtiva com seus centros de interesses e de atividades.

A partir deste quadro, Florestan (p. 212) se indagava sobre, “quais são as condições e os fatores socioculturais responsáveis pelo sub-aproveitamento dos recursos educacionais do ambiente e pelas inconsistências inerentes à estrutura ou ao funcionamento das instituições escolares.”

No desconhecimento destas condições e fatores estavam algumas das raízes,

de nossa incapacidade de ajustar as instituições educacionais às diferentes funções psicoculturais e socioeconômicas que elas devem preencher e de criar um sistema educacional suficientemente diferenciado e plástico para corresponder, ordenadamente, à variedade, ao volume e ao rápido incremento das necessidades escolares do país como um todo (p. 194).

O caminho por ele proposto passava necessariamente pelo desenvolvimento da pesquisa que, a seu ver, deveria se dar dentro de uma colaboração intensa e sistemática entre cientistas sociais e educadores. O conhecimento aprofundado dos problemas que envolvem a educação resultante da pesquisa científica constituiria a base para o planejamento educacional e sua implementação enquanto “mudança cultural provocada”.

O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), criado por Anísio Teixeira, e sua expressão regional nos Centros Regionais de Pesquisa Educacional viriam a desempenhar papel importante na educação brasileira a partir da década de 50 na direção proposta por Florestan Fernandes. Com a expansão das Universidades e a criação da pós-graduação no final da década de 60 e início de 70, a pesquisa educacional progressivamente passa a ser realizada pelos programas de pós-graduação em educação nas universidades. As atividades de pesquisa educacional ampliam-se enormemente e também se diversificam.

Goergen (1986) faz um retrospecto crítico da pesquisa educacional no Brasil abrangendo um período de mais de quarenta anos, retrospecto de expressivo valor no sentido de avaliar os avanços e limites, sinalizando caminhos em busca do trabalho de pesquisa mais duradouro e influente nos rumos da educação brasileira. Num período que nasce nos finais dos anos 30 e início dos 40 até a década de 80 do século passado, a pesquisa educacional apresenta fases com ênfase ora numa dimensão do processo educativo, ora em outra sucessivamente no tempo, como “ondas”; cada uma delas ignorava ou excluía as outras. Assim, (1986, p. 5), nos anos 40 e parte dos 50, os estudos realizados eram “de natureza, predominantemente, psicológico-pedagógicos”, focando os processos de ensino/aprendizagem, tendo em vista o “desenvolvimento psicológico” da criança e do jovem. Na fase seguinte, da metade dos anos 50 até a metade dos 60, período marcado pelo o golpe militar de 64, a pesquisa educacional, agora “de natureza sociológica” se ocupava das relações entre a escola, ou do sistema escolar e a sociedade brasileira em diferentes âmbitos (nacional, regional ou local). Num terceiro período, registrado por Goergen de 1964-1971, destacam-se os “estudos de natureza econômica”: educação como investimento, custos da educação, desenvolvimento econômico e educação, demandas do mercado de trabalho por formação profissional são temas predominantes das pesquisas educacionais deste período. O início dos anos de 70 indica novo período da pesquisa educacional, este já contanto com a forte participação dos programas de pós-graduação em educação nas universidades. A partir de então, a pesquisa educacional no Brasil se desenvolve em duas linhas divergentes: de um lado, as pesquisas que vinham enfatizando o trinômio “educação, desenvolvimento,

segurança”, do outro as pesquisas que adquiriam um caráter de denúncia da educação como fator de reprodução das desigualdades sociais, da natureza conservadora do papel da educação. Para Goergen (1986, p. 8), este tipo de abordagem na pesquisa educacional “desembocou num negativismo imobilista que estava em plena contradição com os anseios populares de ter mais e melhor educação”.

O último período da trajetória da pesquisa educacional no Brasil, apresentado por Goergen, nasce com a crise do poder militar, sobretudo a partir dos anos 80. Afirma Goergen que neste período,

pesquisa entra numa fase em que se vê com certo realismo a escola e, sobretudo, as legítimas aspirações populares em relação ao ensino. Renegam-se as análises de procedência, sobretudo acadêmica paralisadas na crítica ao sistema de ensino como elemento reprodutor (1986, p. 7).

Neste caminhar de mais de 40 anos de pesquisa educacional no Brasil, Goergen destaca aspectos que, ao seu ver, indicam avanços, mas também aponta aspectos que indicam mais tropeços do que outra coisa. Entre os avanços, o autor (1986, p. 8) destaca o grande aumento quantitativo das pesquisas propiciado, sobretudo pelo surgimento dos programas de pós-graduação nas universidades a partir dos anos 70. Este período registra também uma superação do “negativismo imobilista” gerado por um tipo de abordagem que via na educação apenas sua dimensão conservadora, e na contrapartida, o ressurgimento de um tipo de pesquisa focado na escola, na sua estrutura e funcionamento do seu cotidiano, o professor e demais agentes educativos. Esta abordagem abriu possibilidades de articulação entre o trabalho dos pesquisadores e os responsáveis pelas decisões de políticas educacionais, o que significou também importante avanço do ponto de vista dos impactos da pesquisa educacional.

Goergen também destaca dificuldades neste caminhar da pesquisa educacional no Brasil, dificuldades que podem ser interpretadas como indicativos do “muito a ser corrigido”. Quanto à pesquisa em si, o autor afirma que a pesquisa educacional no Brasil ainda se encontra dividida em “dois grandes blocos”, o da pesquisa teórica e o da pesquisa empírica, que caminham em direção paralela sem se encontrar, quando não em direção divergente. Constata que são realizadas “muitas pesquisas sem preocupação com a relevância social”, circunscritas aos interesses pessoais do pesquisador na obtenção do certificado acadêmico de mestre ou doutor. Aponta-se também (1986, p. 10) “uma grande pulverização, isolamento e descontinuidade das pesquisas”, derivadas da ausência de grupos de pesquisa com experiência firmada e bastante tempo de duração. Por fim, aponta (1986, p. 10) o que denomina de “febre

de modismos” que aparecem de tempos em tempos na pesquisa educacional no Brasil, que “dominam a cena” por um determinado período “quais deuses do Olimpo, defendidos por seus admiradores que não permitem a discórdia”. Segundo Goergen, estes modismos implicam em adoção de um determinado método que é muitas vezes mais uma profissão de fé ideológica do que a escolha de um caminho adequado à exploração do objeto em questão.

Quanto à comunicação das pesquisas realizadas nos programas de pós graduação em educação, Goergen sustenta que seu destino é, em grande parte, a “prateleira de biblioteca”, o “silêncio”. Esta é uma dificuldade crucial a ser superada, pois o conhecimento propiciado pela pesquisa educacional é movido, ou deve ser movido, pelo interesse e necessidade de transformação da realidade; a pesquisa tem importância em si, mas não se esgota em si; ela é também meio para. Neste sentido, alerta o autor, há que se ampliar a “cooperação entre os pesquisadores educacionais e os administradores da política educacional”, sem perder de vista que a pesquisa e a ação política ou pedagógica se dão em compassos diferentes: a pesquisa, não obstante seu esforço globalizante é tópica (1986, p. 12), “abordando apenas pequenos recortes daquilo que constitui o complexo da realidade educacional.”

Ao contrário, a ação pedagógica se dá nesta “realidade complexa”, onde todas as coisas estão interligadas, acontecendo em curtos intervalos de tempo. Não obstante a necessidade imperiosa de se ampliar esta relação entre o conhecimento construído pela pesquisa e o cotidiano das práticas sociais em educação, há que abandonar a ilusória (1986, p. 12) “ideia do fluxo natural entre o conhecimento adquirido através da pesquisa e uma nova prática”.

Enfim, apesar dos erros e dificuldades nesta trajetória de pesquisa educacional no país, constata o autor que muito foi alcançado, acrescentando que, “se há muito a ser corrigido [...] devemos saber que o passo em falso é o preço de quem quer aprender a caminhar. (1986, p. 6).

Nesta direção, reiterando a direção apontada por Florestan Fernandes ainda nos anos 50, Goergen (1986, p. 15) afirma que, “o pesquisador é convocado para voltar sua atenção para a realidade educacional concreta, com o objetivo de buscar conhecimentos e fazer propostas que [...] possam trazer transformações.”

Passados quase vinte anos, Gatti (2002) retoma a questão da pesquisa educacional no Brasil. A autora apresenta um estudo que destaca, de um lado, o enorme crescimento da pesquisa educacional tanto quanto a grande diversificação das temáticas de pesquisa; de outro

lado, traz igual destaque para aspectos críticos que merecem detida reflexão e que constituem sinais de alerta.

Segundo a autora (2002, p. 22), boa parte das pesquisas educacionais “reflete o que poderíamos chamar de modismos periódicos, provavelmente reflexo da pouca institucionalização e da pequena tradição que tínhamos de produção científica nesta área de estudos.”

A autora dá destaque ao “imediatismo” na escolha das questões a serem pesquisadas o que estaria indicando uma visão simplista da “relação pesquisa-ação-mudança”. Este imediatismo “facilita a prevalência do aparente”, deixando de lado as “perguntas mais de fundo e de espectro mais amplo”.

Destaca também a autora (2002, p. 24) as “características de iniciativa individual”, o que prejudica a continuidade e o aprofundamento de modo a gerar resultados consistentes e duradouros.

Quanto aos aspectos metodológicos, Gatti (2002, p. 28) destaca, “a tendência à não discussão em profundidade das implicações do uso de certas técnicas, e mesmo a propriedade e adequação deste uso e de sua apropriação de forma consistente.”

Como consequência (2002, p. 31), “encontram-se observações casuísticas, sem parâmetros teóricos, a descrição do óbvio, a elaboração pobre de observações de campo conduzidas com precariedade [...]”.

Num esforço de avaliar os impactos da pesquisa educacional nas reformas e inovações educacionais nos sistemas estaduais de educação, Gatti (2002, p. 33) constata a “insuficiente participação das instituições de ensino superior nos projetos de desenvolvimento ou inovações do sistema educacional, bem como pouca utilização das pesquisas educacionais.”

Este vazio se deve, segundo afirma Gatti, a um conjunto de fatores aqui transcritos na íntegra, dada sua relevância:

- a) distanciamento das universidades em relação aos problemas práticos;
- b) visão idealizada e teórica da universidade sobre o ensino;
- c) falta de maior procura por parte dos órgãos governamentais em relação à universidade;
- d) o caráter teórico das pesquisas;
- e) a falta de comunicação dos resultados das pesquisas;
- f) as dificuldades dos administradores de ensino em fazer a passagem da teoria para a prática;
- g) a rigidez do sistema educacional na absorção de propostas inovadoras;

h) a pouca importância atribuída à pesquisa em alguns segmentos governamentais;

Esta breve apresentação do estudo de Gatti sugere as mesmas constatações apontadas por Goergen quanto à pesquisa educacional no Brasil: de um lado, o enorme crescimento e diversificação das temáticas, a institucionalização da pesquisa educacional enquanto área de conhecimento junto às demais áreas do saber científico; do outro lado, a persistência de dificuldade, que constituem desafios a serem enfrentados. Considerando estes alertas, como pensar e implementar a pesquisa educacional numa universidade comunitária, como a Uniso, num contexto de desenvolvimento regional, como a Região de Sorocaba?

As universidades designadas como comunitárias no Brasil constituem uma experiência recente no panorama da expansão da educação superior, como também é recente a Universidade na história da educação superior no país. A expansão das universidades comunitárias se dá no vazio aberto pelas limitações de expansão do setor público e no contraponto à vertiginosa expansão da educação superior privada marcadamente de cujo empresarial à busca do lucro. O surgimento das universidades comunitárias se dá, pois, dentro de um campo diferenciado de atuação da educação superior: de um lado, as públicas estatais nem sempre públicas, mas sempre estatais, atendendo historicamente às demandas das camadas médias e altas da população brasileira; do outro, as particulares, com enorme poder de expansão, tendo aderido recentemente ao jogo aberto do mercado acionário.

Embora a definição de comunitária apresente dificuldades conceituais e operacionais, há um certo consenso em torno de alguns valores que dão razão à sua existência, sendo um dos mais expressivos deles sua inserção e comprometimento regional. No dizer de Baptista (2009, p. 3),

o que distingue a universidade comunitária [...] é: a inexistência de fins lucrativos, a transparência administrativo-financeira, o controle público das atividades da instituição, a democracia interna, a prestação de contas à sociedade e ao poder público, a ênfase no desenvolvimento da comunidade e da região.

Estas características tendem a distingui-las historicamente das públicas/estatais por se tratar de iniciativas que partem não do Estado, mas do meio social e forças sociais de raízes locais e/ou regionais. Assim sendo, as universidades comunitárias tendem a se configurar como públicas pela natureza de suas ações, embora não estatais. Este é um aspecto de especial relevância considerando a história do país, onde opera um Estado de tradição fortemente patrimonial no interior do qual e perante a sociedade o estatal se confunde com o público,

tornando aparentemente público o que é eivado de particularismos, como apontava, com relação à educação superior Anísio Teixeira (1957, p. 19) nos anos 50.

A Universidade de Sorocaba se encaixa neste perfil de universidade comunitária, ainda que com vínculos confessionais. Localiza-se numa região de enorme dinamismo econômico, cujo desenvolvimento no sentido pleno que o termo comporta está para ser construído; está mais para um desafio a ser enfrentado na contramão do crescimento econômico brasileiro historicamente excludente de grandes parcelas da população e destruidor do meio ambiente.

Algumas características regionais devem ser aqui destacadas, não com o intento apenas descritivo limitado aos intramuros da academia, mas como balizadoras de horizontes a serem buscados pelas forças sociais e políticas, entre estas os educadores, protagonistas deste cenário regional. Dentre estes atores e autores estão certamente as instituições educativas e, dentre elas, as instituições de formação superior, com destaque para as Universidades, aí incluída a Uniso, como universidade comunitária.

Segundo dados e análises da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, a Região Administrativa de Sorocaba, composta por 79 municípios, é uma das mais dinâmicas do Estado, com taxa média de crescimento econômico superior à média do Estado no período de 1996 e 2008. Apresenta uma forte e diversificada produção agropecuária, com destaque para a carne bovina, mas também com significativa produção de frutas, olerícolas, grãos e cultura florestal. É também uma região de expressiva tradição industrial; nos dias atuais, os grandes investimentos na indústria são indicativos do desenvolvimento econômico regional pautado na indústria.

Como parte da Região Administrativa de Sorocaba, devemos salientar a Região de Governo de Sorocaba (composta por 18 municípios) e suas peculiaridades, mais próxima do âmbito de atuação da Uniso. Esta microrregião respondia em 2008 por 60.3% do PIB regional, com igual proporção na geração de empregos nos setores de serviços (35.2%) e indústria (24.3%). A indústria representava 54% da produção regional. Em que pese a vocação industrial desta microrregião, devemos enfatizar que suas atividades econômicas são bastante diversificadas. Como exemplo desta diversidade, podemos citar, segundo levantamento realizado por Fanale e Gutierrez (2010), que só o município de Piedade fornece ao CEAGESP na capital 13% de todo o volume de legumes comercializados. Piedade e Ibiúna juntas fornecem 40% do volume das verduras ali comercializadas.

O município de Sorocaba é de longe o de maior expressão na microrregião. Uma breve comparação com os demais municípios evidencia esta distinção. Do ponto de vista econômico, o município em 2008 respondia por 27.3% do PIB e 26.2% do emprego na região;

a indústria de transformação respondia por 30% da produção da região. Conforme a Secretaria do Planejamento do Estado de São Paulo (2012, p. 34), “ao longo dos anos sua indústria evoluiu da produção de bens não duráveis, para a de bens intermediários e, finalmente para a de bens duráveis e de capital”.

Dados do Perfil Socioeconômico e Educacional da Região Administrativa de Sorocaba indicam que a renda per capita no município de Sorocaba é a mais alta quando comparada com os demais municípios da microrregião, sobretudo aqueles menos urbanizados. Como indicador final de desenvolvimento e bem estar, o município de Sorocaba apresenta o valor mais alto; os valores mais baixos estão nos municípios mais rurais que ainda concentram significativa população.

O município de Sorocaba concentra 41.3% da população da microrregião; juntamente com Votorantim, com ele conurbado, esta porcentagem alcança 48.6%, ou seja, perto da metade da população da microrregião. Quanto à urbanização, juntamente com Araçariguama e Salto, Sorocaba apresenta as taxas mais altas (respectivamente 100.0%, 99.30% e 99.30%); contudo, o quadro microrregional a este respeito é bastante diversificado, com municípios ainda rurais, como Ibiúna e Piedade, com uma taxa de urbanização de 35.01% e 45.57% e baixo crescimento populacional. O crescimento populacional anual do município de Sorocaba nos últimos 10 anos foi de 1.75 %, superior aos demais municípios (com exceção de três municípios pequenos).

Do ponto de vista educacional (educação básica), a posição do município de Sorocaba também se destaca frente aos demais municípios da microrregião. Com base em indicadores como população com 25 e mais anos com escolaridade inferior a 8 anos, média dos anos de estudo da população de 15 a 64 anos, população entre 18 a 24 anos com ensino médio e taxa de analfabetismo, os valores apresentados pelo município de Sorocaba são sempre superiores aos demais municípios da microrregião. Também neste caso há considerável variação entre os municípios, com a ressalva de que aqueles municípios menos urbanizados são os que apresentam situação mais desfavorável, onde a carência é maior. Cumpre destacar que dois destes municípios já mencionados (Ibiúna e Piedade), somadas suas populações, alcançam cerca de 20% da população do município de Sorocaba, onde esta carência educacional se destaca. Estes indicadores revelam que, quanto à educação básica, a microrregião é também bastante heterogênea; no seu todo a oferta está abaixo de demanda, como é o caso do ensino médio, que em Sorocaba, onde a taxa de atendimento é a mais alta dos municípios da microrregião, não alcança a metade da população na faixa de 18 a 24 anos.

Em suma, no conjunto dos indicadores aqui apresentados, os dados apontam um processo de concentração no município de Sorocaba, forte atrator de população adventícia e investimento industrial, gerador de fortes pressões por serviços de saúde, transporte, segurança, moradia, e o que nos interessa mais de perto, por educação em todos os seus níveis e tipos. Aponta um desequilíbrio regional no seu processo de desenvolvimento que precisa ser corrigido.

Este crescimento vertiginoso vai deixando para trás nas dobras do tempo, aspectos de cultura que costuraram a identidade regional, como a tradição “tropeira” e a cultura “caipira”, imortalizada nas páginas de um clássico da Sociologia brasileira, “Os parceiros do Rio Bonito”, Bofete, nascido da arte de Antonio Cândido (2010). No plano da personalidade, a perda ou a ausência de identidades culturais acarreta, igualmente, consequências danosas.

Considerando as características da pesquisa educacional no país, as peculiaridades regional e, sobretudo microrregional, bem como as especificidades de uma universidade comunitária, caminhamos para as considerações finais deste artigo. Alguns aspectos merecem ser evidenciados que ajudem a responder a questão do para que e para quem da pesquisa educacional, vista esta questão a partir de uma universidade comunitária. Estas considerações se sustentam sobre o pressuposto de que é necessário aprender com o passado e proceder às correções de rumo necessárias.

O primeiro deles chama a atenção para o fato de que a pesquisa educacional apresenta, ou deve apresentar um vínculo explícito com o contexto institucional; no presente caso, trata-se de uma universidade comunitária, uma instituição formativa cujas origens se prendem à sociedade civil e suas instituições, e não ao estado. Enquanto tal, seu papel está vinculado às suas relações com o seu entorno e seu compromisso deriva da necessidade de manter sintonia com seu meio mais próximo, atuando como fator de desenvolvimento humano. Embora isto possa incorrer no risco do imediatismo de pautar a ação por demandas imediatas, solicitações de momento, já apontado há muito por Florestan Fernandes, risco maior apresentado por Goergen e Gatti em momentos diferentes, é o de operar no plano da teoria apenas, incapaz de fazer pontes profícuas com o real.

Este deverá ser o caminho que torne a universidade pública por sua ação, por aquilo que ela efetivamente faz; seja ela mantida pelo Estado ou não. Portanto é algo a ser construído; não é dado por princípio.

O breve quadro do desenvolvimento regional aqui delineado trouxe à tona o seu dinamismo, mas ao mesmo tempo reitera a tendência histórica do processo de desenvolvimento concentrador, gerador de grandes riquezas e de grandes iniquidades sociais.

É um contexto gerador de grandes demandas por políticas públicas alicerçadas em pesquisas. Em especial, o quadro regional da educação sugeriu uma série de questões a serem investigados que apontam para demandas não atendidas enquanto direitos sociais, como a limitada oferta de ensino médio; demandas por formação profissional em todos os níveis frente à pressão do desenvolvimento econômico concentrado no município de Sorocaba.

A história da pesquisa educacional no país indica que ainda não fomos capazes de superar esta dificuldade, questionando a pertinência e relevância de grande parte das questões de pesquisa. As necessidades nos impelem a considerar que as questões de pesquisa devam surgir de problemas que o cotidiano das escolas, a atuação dos sistemas de ensino e a realidade social imponham como prementes; questões de pesquisa que estejam em consonância com as demandas sociais, nelas incluídas aquelas demandas do mercado de trabalho e formação profissional; demandas que derivam da percepção de educação como direito, de educação como formação da pessoa humana no sentido pleno. Ainda que a escolha de temas deva também responder às exigências acadêmicas de titulação e ao interesse legítimo de melhoria profissional na carreira, esta escolha pode e deve responder a demandas regionais mais amplas, horizontes de inserção mais ampla da pesquisa educacional. A escolha e a pesquisa sobre temas/problemas relevantes é certamente uma medida de inserção regional da universidade.

Outro aspecto relevante é a continuidade que as pesquisas devem assumir de modo a configurar conhecimentos consistentes e relevantes sobre temáticas específicas que vão progressivamente se ampliando, cobrindo vazios, vindo a constituir uma rede de conhecimentos sobre a realidade educacional regional. Por conta disto, é necessário que as decisões e realização da pesquisa ultrapassem o isolamento, o caráter de iniciativa apenas individual, e passem a fazer parte de iniciativas de grupos de pesquisa com experiência e que garantam a continuidade de esforços empreendidos e conquistas já efetuadas. Embora, inexistam estudos sobre a pesquisa educacional no âmbito regional, nossa história nacional a este respeito sugere que podemos incorrer nos mesmos equívocos do passado, persistindo num erro que não nos é mais permitido atualmente, já que não mais podemos dizer que estamos no começo do caminho.

Um terceiro e último aspecto refere-se à comunicação dos conhecimentos alcançados pela pesquisa. Como lembra Goergen (2012, p. 123), é “necessário que a divulgação ultrapasse a barreira acadêmica” de modo a criar uma rede de interação com as unidades de ensino e instâncias de decisão política como secretarias municipais de educação, diretorias

regionais da Secretaria Estadual da Educação, bem como outras entidades educativas, voltadas, por exemplo, à formação de grau médio e superior. Torna-se imprescindível pensar formas e estratégias para tornar real esta interação. Sem que isto ocorra, o destino das pesquisas não ultrapassará os limites das paredes das bibliotecas. Sem que esta interação seja alimentada de modo sistemático, as chances de que os conhecimentos obtidos tenham impactos positivos sobre a educação são nulas; o que foi alcançado enquanto conhecimento jamais terá resultados práticos.

Passados quase três quartos de século de pesquisa educacional no país, torna-se cada vez mais difícil justificar no momento atual “o passo em falso”, aludido por Goergen. A universidade comunitária tem uma dose de responsabilidade nesta busca, já que o sentido de “comunitária” é algo a ser construído, não é dado por princípio. Se no passado da pesquisa educacional no país o “para que” e o “para quem” não foi uma questão devidamente resolvida, hoje nos defrontamos com este mesmo desafio num contexto de atuação regional, numa universidade não estatal que se pretende pública no seu agir.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, Caco. **O que é uma universidade comunitária?** Palestra na Semana Acadêmica do PPGS/URFRGS, 2006. Disponível em: <professorcaco.blogspot.com/2009/03>. Acesso em: jul. 2012.
- CÂNDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro: Editora Ouro Sobre Azul, 2010.
- FANALE, Claudio Inforzato; GUTIERRES Anita de Souza Dias. A origem das frutas e hortaliças na Ceagesp. São Paulo, p. 83, n. 125, out., 2010. Disponível em: <http://issuu.com/entrepasto/docs/entrepasto_125>. Acesso em: jul.2012.
- FERNANDES, Florestan. **Ensaio de sociologia geral e aplicada**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1960.
- GATTI, Bernardete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Plano Editora, 2002. (Série Pesquisa em Educação, v. 1)
- GOERGEN, Pedro. A pesquisa educacional no Brasil: dificuldades, avanços e perspectivas. **Em aberto**, Brasília, ano 5, n. 31, jul./set.1986.
- _____. A divulgação da pesquisa educacional. **Em Aberto**, Brasília, v. 25, n. 87, p. 113-127, jan./jun. 2012.
- PIMENTA, Selma Garrido; MARQUES, Waldemar. A pós-graduação em educação no Estado de São Paulo. In: SEVERINO, Antonio Joaquim; FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Orgs.). **Políticas educacionais: o ensino nacional em questão**. Campinas: Papyrus, 2003. (Série Cidade Educativa).

TEIXEIRA, Anísio. A escola brasileira e a estabilidade social. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 28, n. 67, p. 3-29, jul./set. 1957.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Caracterização sócio econômica da Região Administrativa de Sorocaba**. Disponível em:
<http://www.planejamento.sp.gov.br/noti_anexo/files/uam/trabalhos/Sorocaba.pdf>. Acesso em: jul. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA APLICADA (IBSA). Perfil sócio econômico e educacional da Região Administrativa de Sorocaba. Forum Internacional de Educação da Macro Região de Sorocaba. **Caderno Técnico**, São Paulo, set. 2011. Disponível em:
<<http://www.forumregiaosorocaba.org.br/files/PerfilRegional.pdf>>. Acesso em: jul. 2012.